



ST6 – INOVAÇÃO, GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E DINÂMICAS DE MERCADOS

ALTERNATIVAS QUE TRANSFORMAM VIDAS: o papel da feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste/SC

ALTERNATIVES THAT TRANSFORM LIVES: the role of the family farming products fair in São Lourenço do Oeste / SC

Sidiane dos Santos ALVARISTO¹, Tiago Luiz PEREIRA², Clarete Trzcinski³, Cristiane TONEZER⁴,
Rosana Maria BADALOTTI⁵

Resumo:

A interação entre produtores e consumidores no contexto das cadeias curtas, a exemplo das feiras da agricultura familiar, constitui a problemática do presente estudo, que buscou analisar como a Feira de produtos da agricultura familiar do município de São Lourenço do Oeste/SC constitui alternativa para o sistema agroalimentar global. Utilizou-se como metodologia um levantamento de dados realizado na feira por meio da técnica de entrevista semiestruturada aplicada a uma produtora feirante e uma consumidora, escolhidas de forma aleatória. Apreende-se que a agricultura familiar, pela sua capacidade de adaptação e resistência, além de inserir-se no contexto do modelo agroalimentar global, também é capaz de constituir modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras, espaços característicos das Redes Agroalimentares Alternativas. Segundo as informações coletadas, a feira se caracteriza como um espaço de interação entre as expectativas de produtores e consumidores, possibilitando qualidade de vida a ambos e se constituindo como um processo alternativo aos grandes mercados globalizados. Destaca-se o protagonismo feminino tanto no saber empregado na produção dos alimentos comercializados, quando na renda familiar proporcionada pela feira.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Feira. Redes Agroalimentares Alternativas. Protagonismo Feminino.

Abstract:

The interaction between product and consumption beyond the conventional formats imposed by globalization is the problem of this study. It aims to analyze how the fair and family farming products in the municipality of São Lourenço do Oeste/SC are alternatives to the global agri-food

1 Bolsista UNIEDU/FUMDES, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó; e-mail: sidiane.santos@unochapeco.edu.br

2 Bolsista UNIEDU/FUMDES, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó; e-mail: tiagopereira@unochapeco.edu.br

3 Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e-mail: clarete@unochapeco.edu.br

4 Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul PGDR/UFRGS, professora titular da Unochapecó; e-mail: tonezer@unochapeco.edu.br

5 Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina; e-mail: badalottirosana@gmail.com



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

system. A survey carried out was used as methodology. Data collection was carried through semi-structured interviews applied to a producer and consumer marketer, chosen at random. It is learned that family farming, due to its capacity for adaptation and resistance, in addition to being inserted in the context of the global agri-food model, is also able to establish itself in alternative modes of production and commercialization, such as fairs, from the characteristics of the Alternative Agrifood Networks that it shares and holds the potential to perform. According to the information collected, the fair is established as a space for connecting the expectations of producers and consumers, enabling quality of life for both and constituting an alternative process to the large globalized markets. The female protagonism stands out both in the knowledge used in the production of the marketed food and in the family income provided by the fair.

Keywords: Family farming. Market. Alternative Agrifood Networks.

INTRODUÇÃO

A complexidade da agricultura familiar e os desafios que ela enfrenta diante dos novos contextos econômicos e sociais demandam capacidade de adaptação e resistência dos agricultores (WANDERLEY, 2003). Diante do contexto de modernização da agricultura, Lamarche (1993) enfatiza que o que mantém a agricultura de base familiar no mundo todo é a sua capacidade de adaptação, isto é, o caráter camponês dos saberes e de diversidade de produção. Nesse sentido, a temática do presente trabalho é problematizar as formas de interação entre produtores e consumidores no contexto da agricultura familiar, para além dos formatos convencionais impostos pela globalização.

A partir das discussões acerca da região como construção social e dos reflexos da globalização nas dinâmicas regionais abarcadas pelo componente curricular Dinâmicas Regionais e Transformações Sociais, no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, este trabalho objetiva analisar como a feira de produtos da agricultura familiar do município de São Lourenço do Oeste/SC constitui alternativa para o sistema agroalimentar global. No presente estudo utilizou-se como metodologia um levantamento de dados realizado na Feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste, que acontece no Centro de Comercialização, situado na Praça da Liberdade – Rua Rui Barbosa, centro, município de São Lourenço do Oeste/SC.

A coleta de dados ocorreu no dia 24 de agosto de 2019, sábado pela manhã, dia e horário em que a feira é realizada. Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada mediante aplicação de roteiros a uma produtora feirante e a uma consumidora, tendo em vista caracterizar as entrevistadas e seus vínculos com a feira. As pessoas entrevistadas foram escolhidas de forma aleatória e demonstraram disponibilidade em fornecer as informações e dados requeridos, com a assinatura



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), conforme resolução 510/2016 – CNS. As entrevistas foram realizadas na própria feira.

Os roteiros de entrevista para o desenvolvimento deste estudo foram estruturados em dois blocos de questões. No primeiro bloco as perguntas foram organizadas a fim de caracterizar brevemente o perfil do entrevistado e no segundo, com questões abertas, buscou-se apreender a relação do entrevistado com a feira. Os dados foram descritos, analisados e interpretados com base na literatura disponibilizada pelo componente curricular Dinâmicas Regionais e Transformação Social, e em outros referenciais selecionados pelos autores e relacionados ao tema em questão.

Organizou-se o presente trabalho inicialmente com uma breve abordagem acerca da produção de alimentos a partir das noções de cadeias agroalimentares longas e cadeias curtas. Em seguida, apresentam-se aspectos sobre a agricultura familiar no oeste catarinense e reflexões relacionadas aos produtos coloniais e ao protagonismo da mulher nesse contexto. Por fim, apresentam as análises dos dados obtidos em levantamento de campo e- as considerações finais.

Feira como alternativa ao mercado alimentar convencional

Produção de alimentos: Cadeias agroalimentares longas X Cadeias curtas de abastecimento

Gazolla e Schneider (2017) apontam uma contradição crescente na maneira como se produzem e consomem alimentos em nossa sociedade. As estatísticas referentes à fome se mantêm inalteradas, enquanto a produção de fibras e matérias primas agroalimentares aumentam cada vez mais, elevando também os impactos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. Nesse cenário de discrepância em relação à produção de alimentos, vivemos em uma realidade em que há alimentos suficientes para a população, no entanto, convivemos com a fome e a má nutrição e com a insatisfação tanto de produtores quanto de consumidores. Quem se beneficia dessa realidade são as grandes redes de *fast food* e supermercados globais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

O modelo de produção agroalimentar que sustenta essa lógica mobiliza a necessidade crescente do aumento das escalas de produção, inviabilizando a sobrevivência de agricultores que não estejam integrados ao sistema, enquanto submete consumidores finais a opções de alimentação pouco nutritivas que oferecem altos riscos à saúde. Esse modelo de produzir e consumir alimentos ocorre em escala global no contexto e lógica da economia internacionalizada. O sistema agroalimentar globalizado desconecta a alimentação de sua base natural, ocasiona um distanciamento entre homem e natureza e minimiza a concepção do rural apenas como espaço de produção (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Essa concepção é partilhada também por outros autores.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O processo de modernização tecnológica estaria desconectando a agricultura como prática social, da natureza e ecologia, da estrutura e da qualidade do trabalho, da organização social específica do tempo e espaço, das ligações com a elaboração de produtos de qualidades específicas, e da família como princípio de organização social (PLOEG, 1992, apud MIOR, 2005, p. 29).

Nesse sentido, a impessoalidade das cadeias agroalimentares longas, que afastam cada vez mais o produtor e o consumidor, torna o alimento mera mercadoria reconhecida apenas pelo seu valor comercial-monetário ou valor nutricional, com destaque para as preferências ou poder aquisitivo dos consumidores. Perde-se a identidade do produto, assim como as particularidades referentes ao clima e a sazonalidade, restando aos consumidores acreditarem na qualidade dos alimentos fornecidos pelas indústrias. Neste modelo de produção e comercialização impessoal, as redes agroalimentares criam selos e certificados com o objetivo de passar credibilidade ao consumidor, embora tais elementos nem sempre digam muito sobre quem os manipulou e sobre como foram produzidos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Em contraposição a esse modelo hegemônico, Gazolla e Schneider (2017), indicam a existência de outro movimento, principalmente ao sul do globo, caracterizado por um modelo denominado de cadeias curtas de abastecimento ou Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs). Estas alternativas estão inseridas em um debate mais amplo que se refere às cadeias de valor, à atividades que atribuem valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais, para além dos critérios de preço, ao longo das diferentes fases de produção com o objetivo de atender às demandas dos consumidores. Estas questões estão, portanto, relacionadas aos processos e formas de produzir, aos produtos e aos atores envolvidos.

As cadeias curtas visam se contrapor ao sistema agroalimentar dominante, com a proposição de encurtar distâncias, sejam elas físicas, sociais, culturais ou econômicas, entre os produtores e os consumidores, que também podem ser lojas especializadas e restaurantes, todos acessados sem intermediários. Os principais tipos de cadeias curtas, que se identificam como a venda direta ao consumidor, ocorrem por meio de vendas diretas nas propriedades, feiras locais, lojas e mercados de agricultores, vendas de porta em porta, colheita direta pelos consumidores na unidade produtiva, comércio eletrônico, modelos de divisão dos riscos de produção entre o produtor e os consumidores, grupos de consumidores coletivos e possibilidades de associações entre consumidores e produtores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Em virtude dos problemas e críticas ao sistema agroalimentar convencional no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e ao afastamento das raízes da agricultura familiar e camponesa, a partir da década de 1990 observa-se uma expansão considerável das RAAs. A explicação acerca da manutenção das cadeias curtas de abastecimento sustentava-se na resistência camponesa como estratégia de enfrentamento à globalização do sistema agroalimentar, além de estudos sobre o



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

interesse de parte da população por alimentos mais naturais, frescos e orgânicos, resultando no fortalecimento de mercados locais, fazendo com que os consumidores também passassem a valorizar a forma como os alimentos são produzidos, seus valores culturais e modos de preparo tradicionais e sem aditivos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Destarte, a partir das considerações apresentadas a respeito dos aspectos gerais do sistema de produção agroalimentar em escala global e cadeias agroalimentares longas, Gazolla e Schneider (2017) indicam um modo diferente de produzir e consumir alimentos a partir dos circuitos de produção situados fora do modelo de agricultura convencional. Nesse sentido, as cadeias curtas de abastecimento e as Redes Agroalimentares Alternativas caracterizam-se pelo contato direto entre os consumidores e produtores, pelas relações de confiança; inserção e imersão em um contexto regional e também pela proximidade entre os locais de produção e consumo.

Breve contextualização acerca da agricultura familiar no oeste catarinense

Wanderley (2003) corrobora com o entendimento de que o processo de modernização da agricultura modifica os processos e a subjetividade. A referida autora ressalta a complexidade da agricultura familiar e os desafios que ela enfrenta nas sociedades modernas. Segundo a autora, o campesinato é parte constitutiva da agricultura familiar brasileira e retoma a proposta teórica de uma tradição na agricultura familiar brasileira centrada na família, nas formas de produzir e no modo de vida, embora necessite se adaptar às condições modernas no que diz respeito à produção e ao convívio em sociedade, visto que todos estamos inseridos e somos influenciados pela chamada sociedade englobante.

Em virtude desse contexto, existem continuidades e rupturas relacionadas a agricultura familiar. Refere que a terra continua sendo patrimônio familiar e que apesar da imposição de uma nova lógica de mercado, mantém-se o modo de vida camponês. Sinaliza, inclusive, que o camponês não se nega a produzir, mas faz um balanço subjetivo entre produção e consumo, no qual a perspectiva de subsistência não é perdida quando o agricultor familiar se integra ao mercado. Todavia, as mudanças na relação com o tempo impostas pela agricultura moderna determinam a necessidade de planejamento. Também sinaliza a pluriatividade como estratégia de permanência na agricultura familiar moderna (WANDERLEY, 2003). Frente a essas novas requisições econômicas e sociais, sobrevive a capacidade de adaptação e resistência dos agricultores, enfatizando que

o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2003, p. 58).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Lamarche (1993) também destaca que o que mantém agricultura de base familiar no mundo todo é a sua capacidade de adaptação, isto é, seu caráter camponês dos saberes e de diversidade de produção. Para entender a agricultura familiar, é preciso analisar as experiências vividas presentes nas estratégias utilizadas atualmente e a condição de ser agricultor familiar remete a um patrimônio sociocultural. Tal conhecimento especializado do agricultor familiar é, portanto, diferenciado e, conforme situa Mior (2005), não pode ser apropriado pela corrente produtivista.

A respeito da agricultura familiar no oeste catarinense, cumpre expor que esta região possui particularidades em virtude do processo de colonização, que “é marcado pela exploração econômica por meio das frentes de colonização visando à riqueza das terras e pelo empenho na conquista de suas fronteiras” (BAVARESCO, 2018, p. 281).

Bavaresco (2018) indica que a economia do oeste catarinense se constituiu por quatro ciclos econômicos: Ciclo da Pecuária, Ciclo da Erva-Mate, Ciclo da Madeira e Ciclo Agroindustrial. A respeito deste último, o autor destaca que

O Ciclo Agroindustrial do oeste catarinense está associado à expansão do setor produtivo e industrial do Brasil a partir de 1950 e 1960. O processo de modernização na agricultura e as relações de produção que se estabelecem na região impulsionaram a instalação de agroindústrias (BAVARESCO, 2018, p. 297).

Acerca das relações de produção no oeste catarinense, Bavaresco (2018) destaca que há predominância da produção agrícola de subsistência baseada na propriedade familiar e ressalta esse fator como preponderante para prosperidade das agroindústrias na região. O autor explica que as propriedades familiares garantiam à indústria a matéria prima por meio do sistema de integração, no qual os produtores recebiam das empresas os insumos necessários à criação dos animais, além da segurança de comercialização de sua produção, descontando os custos dos insumos fornecidos ao entregá-la.

A partir desse sistema de integração as pequenas propriedades baseadas na agricultura familiar passaram por mudanças significativas e rupturas nas relações até então estabelecidas. “O que mais chama a atenção no oeste de Santa Catarina foi a desestruturação da agricultura familiar” (BAVARESCO, 2018, p. 311). Constata que

nem os governantes nem mesmo a indústria foram capazes de construir políticas públicas e econômicas que viessem a aliviar os traumas provocados nas famílias dos agricultores. Os altos e baixos do mercado deixaram inúmeras famílias sem a posse da terra, só lhes restando a força de trabalho a ser comercializada nas cidades. A modernização agrícola e as agroindústrias tiveram papel central no aumento do êxodo rural (BAVARESCO, 2018, p. 311).



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A modernização da agricultura configurou-se como conservadora, regionalmente seletiva, socialmente desigual, economicamente excludente e ecologicamente predatória. Há uma problematização em relação ao paradigma de adequação, isto é, o ritmo desenfreado de produção, consumo e intensificação da acumulação e velocidade dos fluxos do capital, em nome de um projeto dito de desenvolvimento do país (GERHARDT; MAGALHÃES; ALMEIDA, 2012).

Tais reflexões sobre a agricultura familiar, em especial no oeste catarinense, são imprescindíveis para análise do objeto deste estudo, visto que é nesse contexto que insere-se a discussão a respeito das cadeias curtas, mais especificamente sobre as feiras como alternativas para o sistema agroalimentar convencional global.

Saber diferenciado: produtos coloniais e protagonismo feminino

Dorigon e Renk (2011, p. 105) conceituam produtos coloniais como aqueles processados das propriedades pelos “colonos” para o consumo da família, como “derivados de carne suína, derivados do leite, doces, geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoito, açúcar mascavo, sucos e vinho, dentre outros”.

Os produtos coloniais incorporam saberes herdados, que congregam a cultura material e imaterial. Por conseguinte, remetem ao lado afetivo do consumidor ao adquiri-lo, uma vez que se distingue do produto industrializado e remete a memórias e particularidades não encontrados nos produtos padronizados típicos do sistema agroalimentar convencional (DORIGON; RENK, 2011). Nesse sentido, reitera-se a concepção do saber fazer próprio da agricultura familiar, de um conhecimento específico e diferenciado, conforme descrito por Wanderley (2003) e reforçado por Mior (2005).

Retoma-se, portanto, a capacidade de adaptação e resistência da agricultura familiar, especialmente de sua capacidade de se estabelecer em modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras, a partir de suas distinções ao produzir alimentos. Maluf (2004) corrobora com o entendimento de que a inserção da agricultura de base familiar nos mercados alternativos de produtos alimentares promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis, que se opõem às tendências convencionais e padronizadas de produção e consumo de alimentos. O autor também enaltece a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade e a fonte direta de renda.

Nas cadeias curtas de abastecimento também pode ser observada a possibilidade de transformação do papel da mulher nas relações de produção.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Se a administração da família e da propriedade ficava ao encargo do chefe de família, responsável pela compra de produtos para a propriedade, pela venda, pelo dinheiro, de modo geral, as mulheres, além das atividades na lavoura, responsabilizavam--se pela organização doméstica, dedicando-se a coser, cozer e a transformar produtos in natura visando sua conservação. [...] Forjava-se um espaço dos recursos femininos, com a venda, pelas mulheres, de ovos, leite e derivados, as chamadas “miudezas”. (DORIGON; RENK, 2011, p. 104).

Por conseguinte, a venda das “miudezas”, potencializada pelos espaços de feiras, por exemplo, possibilita a transformação da produção invisibilizada do auto consumo em renda.

De acordo com Siliprandi (2009), o trabalho da mulher na agricultura é percebido, muitas vezes, de forma invisível, assim como outras atividades produtivas por elas desempenhadas no conjunto da unidade familiar como horta, pomar, cuidados de animais domésticos e atividades consideradas secundárias quando relacionadas às culturas comerciais. Apresenta-se como contraponto que projetos agroecológicos passem a dar destaque aos espaços de produção protagonizados pelas mulheres, conferindo-as assim, a condição de sujeitos produtivos. Tal invisibilidade está vinculada ao formato pelo qual se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, outorgando ao homem a chefia familiar. Às mulheres são reconhecidas, com status inferior, as atividades consideradas como extensão de seu papel de esposa e mãe e acaba por ser deixado de lado o reconhecimento em relação ao seu trabalho efetivo no conjunto das atividades da agricultura familiar como preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, transformação de produtos e o artesanato (SILIPRANDI, 2009).

Para reverter este panorama de invisibilidade, que se mostra diretamente ligado às estruturas de poder, Siliprandi (2009) afirma que seria necessário apoio organizativo, além da disponibilidade de acesso a recursos produtivos como terra, crédito e formação técnica, no sentido de estimular o desenvolvimento de suas capacidades. Do ponto de vista das relações de poder, das mudanças mais complexas, seria imprescindível a desconstrução do mito de que a família se constitui como um conjunto harmônico e integrado, com papéis exercidos por todos de maneira complementar e dirigidos pelo homem.

Siliprandi (2009) apresenta argumentos essenciais no sentido de romper com a percepção centrada na importância primordial do papel do homem na agricultura familiar. Refere que no campesinato a distribuição dos resultados do trabalho tende a se mostrar mais igualitária na medida em que a mulher participa das decisões e do planejamento que envolvem as atividades produtivas, entendida como equidade, além de que, diante da expansão de possibilidade de atividades geradoras de renda em que há o envolvimento da mulher, aumentam também as opções estratégicas, expandindo também a possibilidade do desenvolvimento de maior autonomia e poder de decisão.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

As feiras de produtos coloniais se constituem como importante possibilidade de comercialização de excedentes e de uma variedade de produtos provenientes das atividades da agricultura familiar, à exemplo das chamadas miudezas, geralmente feitas por mãos femininas (DORIGON; RENK, 2011). Grande parte dos produtos comercializados nas feiras passam pelas mãos de mulheres agricultoras, fato que as coloca em um papel central no que diz respeito ao seu protagonismo e sua importância no estabelecimento da feira como alternativa ao mercado globalizado e as distâncias que ele impõe às pessoas.

A Feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste/SC

O município de São Lourenço do Oeste está localizado no noroeste do estado de Santa Catarina e é também marcado por características da agricultura familiar típicas da região oeste do Estado. O município possui 362 km² de território, organizado em três distritos na área rural e sete bairros no perímetro urbano (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019). No ano de 2019 a população estimada pelo IBGE foi de 24.076 habitantes, dos quais cerca de 22,5% residentes na área rural do município (IBGE, 2019).

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019) sinalizam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de 0,749 no ano de 2010, menor que o índice do Estado de Santa Catarina (0,774) e maior em comparação ao IDH do Brasil (0,727). Segundo esses dados, as dimensões que mais contribuem para o IDH do município são a longevidade (0,807), seguida de renda (0,748) e educação (0,695).

Segundo dados da Prefeitura Municipal, em fevereiro de 2019 o município contava com 272 estabelecimentos industriais, com destaque aos ramos alimentício e madeireiro/moveleiro, 1.016 estabelecimentos comerciais e 1.691 estabelecimentos de prestação de serviços cadastrados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. Já a respeito da agricultura destaca-se a produção diversificada proveniente da pequena propriedade. A bovinocultura leiteira é uma das principais forças motrizes do município, que possui uma das maiores bacias leiteiras do Estado de Santa Catarina. Destaca-se também o cultivo de milho e soja e o desenvolvimento da bovinocultura de corte e da avicultura (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

Com relação a realização de feiras de produtos da agricultura familiar, existe apenas um ponto de realização no município. Atualmente, nove produtores comercializam produtos coloniais e agroecológicos nesse espaço. A referida feira acontece no município há trinta e sete anos e há cerca de um ano no espaço atual, construído especificamente para este fim. O Centro de Comercialização conta com 382,43 metros quadrados e 15 boxes, sendo 12 espaços destinados à agricultura familiar, dois para gastronomia e um para a Associação Lourenciana de Artesãos



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

(ALA), além de dois banheiros (SÃO LOURENÇO DO OESTE, 2019).

A feira é coordenada por servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Segundo apontamentos dos coordenadores, obtidos por meio de conversa informal na feira, aproximadamente duzentos consumidores frequentam a feira semanalmente. Destaca-se também que não há normas estabelecidas entre os agricultores respectivos à organização, variedade e quantidade de alimentos a serem produzidos e comercializados, sendo que cada feirante comercializa produtos de acordo com sua aptidão, conforme atividades realizadas em cada unidade de produção, tendo em vista a variedade e quantidade produzida em cada época do ano.

A agricultora feirante entrevistada tem 56 anos de idade e se considera agricultora desde que nasceu. Possui ensino médio completo e aposentou-se recentemente. É casada, teve quatro filhos e atualmente reside apenas com o marido, com o qual divide o trabalho realizado na propriedade. A renda média mensal do casal é de R\$ 4.500,00, constituindo valor preponderante no rendimento familiar.

A entrevistada relatou que participa da feira há cerca de seis anos, semanalmente, em banca vinculada exclusivamente à sua família. Com relação aos produtos que comercializa, informou que vende principalmente queijos coloniais que fabrica a partir do leite produzido na própria unidade familiar, além de outros derivados de leite – como manteiga e nata.

A produtora feirante também produz e comercializa pão de milho, bolachas, geleias e compotas de frutas, frango caipira, ovos, amendoim, mel, batata doce e mandioca, de acordo com a disponibilidade dos produtos em cada época do ano e excedente do consumo familiar. Nota-se, portanto, o respeito às particularidades referentes ao clima e a sazonalidade em oposição às escalas típicas das cadeias agroalimentares longas, conforme salientam Gazolla e Schneider (2017). Ressalta-se também o balanço subjetivo entre produção e consumo referido por Wanderley (2003), no qual a perspectiva de subsistência não é perdida quando o agricultor familiar se integra ao mercado.

As atividades de produção são compartilhadas entre a entrevistada e o marido, já as atividades de comercialização na feira são responsabilidade exclusiva da entrevistada, enquanto o marido cuida dos animais criados na propriedade. . Nessa perspectiva, observa-se nas cadeias curtas de abastecimento, a possibilidade de transformação do papel da mulher nas relações de produção e comercialização?. Destaca-se também a importância do papel da mulher, diante da variedade de produtos comercializados na feira, todos elaborados quase que exclusivamente por suas mãos.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Antes de ingressar na feira, a agricultora afirmou que produzia e vendia queijos nos supermercados da cidade. No entanto, a partir da possibilidade de comercialização na feira pôde diversificar os produtos, passando a disponibilizar o excedente da produção para o consumo da família, sendo que a escolha também se deu em razão de sua saúde – afirmou ter lesões nos braços. Percebe-se, nessa questão, a visibilidade da produção feminina, sobretudo das “miudezas”, possibilitada pelo espaço da feira, bem como a transformação invisibilizada do auto consumo em renda, conforme disposto por Dorigon e Renk (2011). Inclusive, a feirante enfatizou que não aplica agrotóxicos, usando apenas enxada, produzindo de forma tradicional. Relatou ainda que comercializa os mesmos produtos que coloca na mesa da própria família. Tais apontamentos remetem ao diferencial da produção da agricultura familiar, sobretudo pelos processos subjetivos ao primar pela qualidade dos produtos, isto é, da agricultura como prática social, como aponta Mior (2005). A feirante relata também que comercializam gado de corte e suínos em pequena quantidade de maneira independente, portanto fora do sistema de integração. Tal opção reitera o disposto por Wanderley (2003) de que a agricultura familiar, pela sua capacidade de adaptação e resistência, é capaz de fixar-se a modos alternativos de produção e comercialização, como as feiras, ao mesmo tempo em que pode inserir-se no contexto do modelo agroalimentar por meio do sistema de integração. Todavia, no caso da entrevistada, a opção da família foi manter-se apenas em cadeias curtas de abastecimento.

A feirante destacou como pontos fortes, sobre a comercialização no espaço da feira, a existência de local apropriado para comercializar os produtos, a possibilidade de agendamento de encomendas e o aumento da renda da família. Por outro lado, como pontos fracos indicou a dificuldade inicial de formar clientela - até o momento em que os consumidores conheceram os seus produtos (que constitui as relações de confiança entre produtores e consumidores), a divulgação insuficiente da feira, assim como a eventual sobra ou falta de produtos em dias de feira. Apreende-se que tais aspectos são decorrentes das próprias características desse sistema de produção e comercialização, como a sazonalidade dos produtos, bem como de um processo de revalorização do colonial pelos consumidores, que comumente são incentivados ao consumo de produtos industrializados do sistema agroalimentar global, potencializado pelas estratégias de marketing desse mercado hegemônico. Com relação à divulgação da feira, compreende-se que essa questão é parte do processo de articulação coletiva dos feirantes. No decorrer do tempo, tendo em vista que a primeira Feira de produtos da agricultura familiar de São Lourenço do Oeste foi realizada no ano de 1982, essa articulação ocorre de maneira mais ou menos coesa, a depender também das opções e/ou omissões da política pública em relação ao incentivo sobre a feira, como alternativa ao sistema agroalimentar global, que possui como pano de fundo as próprias tendências ao desenvolvimento econômico, do qual o mote central são as grandes indústrias e seus produtos.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

A feirante entrevistada informou que não acessou nenhum programa de subsídio governamental para financiar atividades relacionadas à feira e também referiu não ter interesse em aderir a nenhum programa de fornecimento de alimentos para instituições públicas, pois pretende diminuir o ritmo de trabalho quando sua filha mais nova concluir a faculdade. Inclusive, enalteceu a importância da formação acadêmica dos filhos e relatou que gostaria de ter cursado medicina veterinária, mas em sua juventude isso não foi possível. Declarou que “o estudo é a maior herança que se pode deixar para os filhos” (sic). Pontua-se, nesse sentido, para além do conhecimento formal, a importância de valorização também do saber fazer do agricultor familiar, de seus saberes herdados, que congregam a cultura material e imaterial (DORIGON; RENK, 2011).

Conforme a avaliação da agricultora feirante, os benefícios que os consumidores esperam encontrar quando optam pela aquisição de produtos na feira estão relacionados à qualidade dos produtos, por serem mais naturais, sem agrotóxicos, além do bom atendimento – que segundo os autores supracitados constitui-se pela relação de proximidade e confiança entre produtores e consumidores. Relatou que agenda pedidos para alguns clientes e realiza entregas à domicílio. Comentou que comumente são os mesmos clientes que frequentam a feira, o que remete a relação de confiança. Destarte, tais informações corroboram com as reflexões de Gazolla e Schneider (2017). Ao estabelecer características das Redes Alternativas Agroalimentares, os referidos autores apontam a importância do contato direto entre os consumidores e produtores, pelas relações de confiança; inserção e imersão em um contexto regional e também pela proximidade entre os locais de produção e consumo. E elementos são também enfatizados pela consumidora entrevistada.

Os dados acerca da caracterização da consumidora entrevistada indicam que a mesma tem 40 anos, é professora, pós-graduada e reside no Centro da cidade. Frequenta a feira há cerca de seis anos, com frequência quinzenal e busca por produtos como queijos, geleias e verduras. É a única pessoa da família que frequenta a feira e o faz a pedido dos familiares. Refere ter preferência por produtos naturais, o que entende como um benefício para a saúde. Relata que antes da feira comprava os produtos no Supermercado e hoje prefere os produtos naturais, orgânicos e mais saudáveis comercializados no local. Refere se identificar com a feira e com o atendimento prestado, considerando que geralmente compra dos mesmos feirantes, a depender da disponibilidade dos produtos. Afirma ter confiança na procedência dos produtos. Como sugestão, indicou que poderia haver maior variedade de produtos na feira.

A experiência relatada pela consumidora corrobora com o entendimento de que a feira e os produtos da agricultura familiar do município constituem alternativas para o sistema agroalimentar global, todavia enfrentam desafios que são inerentes a esse processo. Os motivos pelos quais a consumidora busca os produtos comercializados na feira seguem na contramão do modelo



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

hegemônico de comercialização global, de maneira a ter à sua disposição alimentos produzidos de formas mais naturais, comprados direto do produtor, conferindo assim identidade a tais produtos, além da pessoalidade e confiança nos alimentos oferecidos à sua família (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Considerações Finais

As possibilidades oferecidas pela feira aos agricultores familiares em São Lourenço do Oeste/SC compõem o que autores descrevem como Cadeias Curtas ou Redes Agroalimentares Alternativas. Este modelo resiste as práticas impostas pelo capital por meio do mercado globalizado ao manter as relações de confiança, embora relativamente pouco frequentado e acessado pela população local. É por meio da feira que famílias têm acesso a alimentos produzidos no próprio município, por agricultores que se utilizam de técnicas de produção que priorizam o saudável, o saboroso e o nutritivo, além da relação direta entre consumidor e produtor, conferindo identidade aos produtos e confiança na relação entre as pessoas envolvidas nesse processo.

A feira se constitui como espaço significativo de relações entre o agricultor, que busca comercializar os produtos do trabalho de sua família e o consumidor, que busca alimentos mais saudáveis para colocar na mesa de sua família. Essa ligação ocorre por meio de processos que envolvem a relação direta entre produtor e consumidor, sem a necessidade de grandes aparatos logísticos (como encartes ou embalagens sofisticadas) para validar indicadores de qualidade. Nas cadeias curtas, a exemplo da feira, os instrumentos são construídos na relação entre os atores, em especial, produtores e consumidores.

Tais indicadores revelam, seja pela maior qualidade de vida aos agricultores gerada por meio da renda obtida, seja pela alimentação mais saudável e consequente qualidade de vida que proporciona aos consumidores, que a feira se estabelece como um espaço alternativo e contra hegemônico aos processos observados no mercado globalizado. Nota-se também a autonomia por parte dos agricultores familiares no que se refere a produção, processamento e comercialização dos alimentos.

O protagonismo feminino neste estudo se revelou como fator importante no movimento alternativo da feira, diante da variedade de produtos que estão dispostos nas bancas, graças ao saber geracional de mulheres agricultoras. Além disso, se caracteriza como importante espaço de visibilidade para as mulheres agricultoras que passam a ocupar espaços públicos. No caso da agricultora entrevistada, as receitas provenientes da feira constituem parte importante da renda familiar, da qual a mesma é protagonista, pois os produtos comercializados são em grande parte feitos por ela. As miudezas produzidas pela mulher se projetam da invisibilidade de um trabalho visto como



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

secundário na propriedade para o de fundamental para a renda da família, por meio da Feira de Produtos da Agricultura Familiar de São Lourenço do Oeste – SC.

Embora exploratório, este estudo possibilitou apreender que a referida feira é uma alternativa ao mercado agroalimentar convencional, sobretudo no que se refere as suas especificidades enquanto cadeia curta de abastecimento. Compreende-se que a partir da socialização deste trabalho, contribuimos com o campo de conhecimento em construção acerca das cadeias curtas, e, por conseguinte, valorizamos e visibilizamos a importância deste espaço para a comunidade em geral, gestores públicos e comunidade acadêmica. Para além das limitações deste trabalho, poder-se-ia realizar outros estudos, aprofundando análises acerca do protagonismo das mulheres feirantes, a geração de renda, a comercialização de produtos coloniais no município, a sucessão nas propriedades rurais entre outros temas relacionados.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, por meio da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE pela concessão de bolsas de estudo parciais próprias aos discentes e ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), por meio do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) pela concessão de bolsas de estudos integrais aos mestrandos.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil - São Lourenço do Oeste/SC**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-lourenco-do-oeste_sc>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BAVARERSCO, Paulo Ricardo. **A história econômica do Oeste catarinense**. In: CARBONERA, Miriam et al. 100 anos: histórias Plurais. Chapecó: Argos, 2018.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p.101-113, jan/jun.2011. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/2011/rea8-1-11.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER Sérgio (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GERHARDT, C; MAGALHÃES, S. B. ALMEIDA, J. Contextos Rurais e Agenda Ambiental no



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Brasil: conflitos, interfaces, contradições. In GERHARDT, C; MAGALHÃES, S. B. ALMEIDA, J (orgs). **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil: práticas, políticas, conflitos, interpretações**. Dossiê 3. Belém: Redes de estudos rurais, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **São Lourenço do Oeste/SC – Panorama**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-lourenco-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LAMARCHE, Hughes (coord). **Agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. Volume I. Campinas: Editora Unicamp, 1993. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa.

MALUF, Renato S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC. Economia. Disponível em: < <http://www.saolourenco.sc.gov.br/municipio/6>>. Acesso em: 27 set. 2019.

_____. Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste: Disponível em: <http://www.saolourenco.sc.gov.br/noticia/3623>.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. 1. ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139.152.

WANDERLEY, Maria de N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, 42-61.



OBSERVADR

